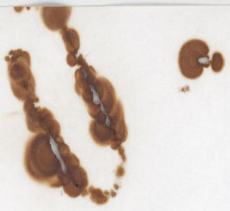


DIA DA CRIANÇA

12 de outubro de 1998/ Cidade de São Paulo

Gabinete da Vereadora Aldaíza Sposati



DIA DA CRIANÇA

12 de outubro de 1988 \ Cidade de São Paulo

Comemorar o que?

No próximo dia 12 estaremos comemorando o Dia das Crianças. O momento é oportuno para analisar a política pública de atenção à criança e ao adolescente no município.

Os dados que vamos analisar neste documento não são nada animadores. A prefeitura de São Paulo vem desrespeitando direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e reiterando práticas que estão longe de dar à criança e ao adolescente tratamento de prioridade absoluta.

A prefeitura não assegura às crianças e adolescente nem mesmo equipamentos básicos, como creches; EMEIs e EMPGs, o que dizer então das políticas complementares e dos programas definidos pelo CMDCA. Alegar insuficiência de recursos é argumento que a prefeitura não pode recorrer. Afinal de contas o FUMCAD contou, ao longo dos últimos 4 anos com orçamento aprovado pela Câmara Municipal de R\$ 70,73 milhões e só gastou R\$ 3,27 milhões, o que representa menos de 5% dos recursos aprovados.

A velocidade com que a prefeitura responde a demanda por equipamentos destinados à criança e ao adolescente é incrivelmente lenta, se não vejamos:

➤ creche

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece por determinação constitucional que a atenção à criança em creches seja um direito. Estabelece, ainda, que estes equipamentos devem fazer parte do sistema educacional do município.

Esta concepção se choca com o estabelecido por Sempla e Fabes quanto ao critério da demanda por creches. Sempla considera apenas as crianças de 0 a 6 anos de idade e com famílias cujo chefe tem renda mensal de até 2 salários mínimos; já Fabes considera a renda familiar até 4 salários mínimos. Os dois critérios incorrem no mesmo erro: entendem a creche como equipamento de assistência à criança mais pobre.

Mesmo a partir desta perspectiva reducionista, face ao direito universal da criança, a cidade demandaria 1.491 novas creches ou 261.565 novas vagas. Em contraponto, o estudo que procedemos a partir do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo mostra a creche como equipamento necessário para 70 % das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Assim, São Paulo necessitaria de mais 3.943 creches ou 555.703 novas creches.

Ocorre que a previsão orçamentária de 1994 a 1997 incluiu a construção de 81 novas creches. Todavia, sequer essa promessa se concretizou, pois foram construídas apenas 33 creches, isso é 2,2 % da

No próximo dia 12 estaremos comemorando o Dia das Crianças. O momento é oportuno para analisar a política pública de atenção à criança e ao adolescente no município.

Os dados que vamos analisar neste documento não são nada animadores. A Prefeitura de São Paulo vem desrespeitando direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e realizando práticas que estão longe de dar à criança e ao adolescente tratamento de prioridade absoluta.

A Prefeitura não assegura às crianças e adolescentes nem mesmo equipamentos básicos como creches, EMBIs e EMPGs, o que dizer então das políticas complementares e dos programas definidos pelo CMDCA. Apesar da insuficiência de recursos é argumento que a Prefeitura não pode recorrer. Afinal de contas o FUMCAD contou, ao longo dos últimos 4 anos com orçamento aprovado pela Câmara Municipal de R\$ 70,73 milhões e só gastou R\$ 3,27 milhões, o que representa menos de 5% dos recursos aprovados.

A velocidade com que a Prefeitura responde a demandas por equipamentos destinados à criança e ao adolescente é incrivelmente lenta, se não vejamos:

> creche

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece por determinação constitucional que a atenção à criança em creches seja um direito. Estabelece, ainda, que estes equipamentos devem fazer parte do sistema educacional do município.

Esta concepção se chocou com o estabelecido por Sampa e Fábos quanto ao critério de demanda por creches. Sampa considera apenas as crianças de 0 a 6 anos de idade e com famílias cujo chefe tem renda mensal de até 2 salários mínimos; já Fábos considera a renda familiar até 4 salários mínimos. Os dois critérios incidem no mesmo erro: entendem a creche como equipamento de assistência à criança mas não.

Mesmo a partir desta perspectiva reducionista, face ao direito universal da criança, a cidade demandaria 1.491 novas creches ou 261.265 novas vagas. Em contraponto, o estudo que precedeu a partir do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo mostra a creche como equipamento necessário para 70% das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Assim, São Paulo necessitaria de mais 3.943 creches ou 522.703 novas vagas.

Ocorre que a previsão orçamentária de 1994 a 1997 incluiu a construção de 81 novas creches. Todavia, sequer essa promessa se concretizou, pois foram construídas apenas 33 creches, isto é, 2,2% da

demanda em 4 anos de gestão. No ritmo de atendimento de 0,5% da demanda ao ano a prefeitura de São Paulo levaria – sem que houvesse aumento da demanda – 200 anos para atender a demanda reducionista estabelecida por Sempla/Fabes. Pior que isto, levaria 500 anos para atender a demanda universal que considera a creche como um equipamento educacional do sistema público.

O pior é que a tabela em anexo revela que a prefeitura não conta com um planejamento eficiente para direcionar as prioridades na construção de novas unidades. Pode-se perceber que não há correspondência entre os distritos com maior demanda por creche e a programação de construções.

Vejamos o que aconteceu com os recursos destinados às creches:

Dotação	OP 95	% gasto	OP 96	% gasto	OP 97	% gasto
Construção de creches	42.128.404	14,97%	51.585.610	40,05%	24.372.859	16,51%
Reforma e ampliação de creches	14.349.761	3,90%	16.150.861	51,77%	21.629.433	1,28%
Operação e manutenção da rede direta	80.703.931	71,11%	67.257.895	79,14%	93.479.951	80,02%
Manutenção de crianças em creches conveniadas	72.645.084	76,06%	73.655.732	70,06%	146.410.988	40,36%
TOTAL	209.827.180	56,95%	208.650.098	64,15%	285.893.231	48,34%

Fonte: Orçamento Programa 1995/96/97 e Balancete Despesa - PMSP

É importante observar que em nenhuma das dotações destinadas às creches o gasto efetivo chega ao total dos recursos destinados. Alguns gastos chegam a ser insignificantes, na dotação de reforma e ampliação de creches o gasto é de apenas 3,90 % em 1995 e de 1,28 % em 1997. Embora este dado não apareça na tabela, até julho deste ano (1998) a prefeitura não havia gasto um único Real com a reforma e ampliação de creches.

O gasto com a manutenção de crianças em creches conveniadas também deixa a desejar. Entre 1995 e 1997 foram destinados R\$ 292,7 milhões no Orçamento Programa com esta dotação. Todavia, o gasto efetivo foi de apenas R\$ 165,9 milhões, ou seja, um corte de 44 % nos recursos. Esta redução explica as dificuldades enfrentadas pela entidades para continuar a prestar um serviço de qualidade às crianças. O valor *per capita* não vem sofrendo os devidos reajustes e o atraso no repasse às entidades virou uma constante.

➤ EMEIS

A cidade de São Paulo conta com uma população de 417.463 crianças com idade entre 4 e 6 anos. Deste total 61 %, ou 255.970 crianças estão matriculadas em Escolas de Educação Infantil (EMEIs). Para atender todas as

demanda em 4 anos de gestão. No plano de atendimento de 0,52% da demanda no ano a Prefeitura de São Paulo levava - sem que houvesse aumento da demanda - 200 anos para atender a demanda reducionista estabelecida por Sengulafapes. Pior que isto, levava 200 anos para atender a demanda universal que considera a creche como um equipamento educacional do sistema público.

O pior é que a tabela em anexo revela que a Prefeitura não conta com um planejamento eficiente para direcionar as prioridades na construção de novas unidades. Pode-se perceber que não há correspondência entre os distritos com maior demanda por creche e a programação de construções.

Vejam os dados reordenados com os recursos destinados às creches:

Dotação	OP 82	% gasto	OP 86	% gasto	OP 87	% gasto
Construção de creches	43.136.404	14,97%	21.582.610	40,63%	24.372.859	16,31%
Reforma e ampliação de creches	14.349.761	3,90%	10.150.801	21,73%	21.629.433	1,28%
Operação e manutenção de creche direta	80.703.932	21,11%	67.277.892	29,14%	97.479.921	66,02%
Manutenção de crianças em creches conveniadas	72.642.082	20,00%	73.622.732	20,08%	146.410.928	40,26%
TOTAL	209.837.180	26,92%	208.620.938	64,15%	287.897.211	48,74%

Fonte: Orçamento Programa 1992/93 e Balanço Prévio - 9/12/92

É importante observar que em nenhuma das dotações destinadas às creches o gasto efetivo chega ao total dos recursos destinados. Alguns gastos chegam a ser insignificantes, na dotação de reforma e ampliação de creches o gasto é de apenas 3,90% em 1992 e de 1,28% em 1997. Embora este dado não apareça na tabela, até julho deste ano (1998) a Prefeitura não havia gasto um único Real com a reforma e ampliação de creches.

O gasto com a manutenção de crianças em creches conveniadas também deixa a desejar. Entre 1992 e 1997 foram destinados R\$ 292,7 milhões no Orçamento Programa com esta dotação. Todavia, o gasto efetivo foi de apenas R\$ 162,9 milhões, ou seja, um corte de 44% nos recursos. Esta redução explica as dificuldades enfrentadas pelas entidades para continuar a prestar um serviço de qualidade às crianças. O valor por criança não vem sofrendo os devidos reajustes e o atraso no repasse às entidades virou uma constante.

> EMEIs

A cidade de São Paulo conta com uma população de 417.463 crianças com idade entre 4 e 6 anos. Deste total 61% ou 252.970 crianças estão matriculadas em Escolas de Educação Infantil (EMEI). Para atender todas as

crianças seriam necessários criar mais 161.493 vagas em cerca de 461 novas escolas.

Entre 1994 e 1997 foram destinados recursos orçamentários para a construção de 96 novas EMEIs ou 20% da necessidade. Todavia foram construídas, efetivamente, apenas 41 novas escolas 9%, as outras 55 não saíram do papel. Neste ritmo, sem que houvesse aumento da demanda, seriam necessários 46 anos para atender a demanda reprimida.

Em 1995 estavam previstos R\$ 24,66 milhões para a construção de novas EMEIs, foram gastos apenas R\$ 8,52 milhões, uma redução de 65 %; em 1996 estavam previstos R\$ 32,1 milhões e foram gastos R\$ 18,25 milhões, o que representou um corte de 43 %; em 1997, dos R\$ 33,63 milhões previstos apenas R\$ 7,43 foram gastos, uma redução de 78 %. O pior mesmo está acontecendo este ano, até o momento a prefeitura gastou apenas R\$ 16 mil do total de R\$ 21,77 milhões autorizados pela Câmara Municipal. Com o dinheiro, como já foi noticiado pela Folha de S. Paulo, mal daria para comprar um carro utilitário.

A zona sul da cidade foi a mais prejudicada com a falsa promessa de novos equipamentos. Como pode ser observado pelas tabelas em anexo, os Orçamentos Programa de 1994/95/96/97 previam a destinação de recurso para a construção de 5 novas escolas no distrito de Cidade Dutra, todavia **nenhuma** foi construída. No distrito de Parelheiros estava prevista a construção de 4 novas EMEIs que também não saíram do papel; no Grajau, das 3 escolas planejadas apenas 1 virou realidade; no Jardim Ângela e no Campo Limpo estavam previstas 5 novas escolas, mas apenas 2 em cada distrito foram concretizadas.

Outro problema é que o planejamento de novas escolas também não obedece ao critério de maior demanda, não existe uma relação entre demanda por distrito e novas construções. Como exemplo, o distrito de Campo Belo lidera o ranking de demanda por novas EMEIs, só que não foi planejada a construção de nenhuma nova escola nos últimos 4 anos. No outro extremo, Santa Cecília que é superavitária em EMEIs acabou tendo uma escola construída no mesmo período.

A morosidade com que a prefeitura responde a demanda por novas EMEIs talvez explique a nova política de vagas adotada pela Secretaria Municipal de Educação. Até o ano passado estas escolas funcionavam com **até** 35 alunos por sala de aula, agora a orientação é para que cada sala de aula tenha no **mínimo** 40 alunos. É evidente que o aumento deste número implica em rebaixar a qualidade de ensino oferecida aos alunos.

Se a qualidade educacional fica a desejar o que dizer da merenda oferecida nas escolas. Recente trabalho realizado pelo Gabinete do Vereador Carlos Neder indica que o programa Leve-Leite sacrifica a merenda escolar. O valor gasto mensalmente com o Leve-Leite equivale ao valor gasto com todas as compras de carne, frango, salsicha, ovo, arroz, feijão, açúcar, sardinha e óleo de

gratias semina necessarios erat. natus [01] 493 vagas em cerca de 401 novas escolas.

Entre 1994 e 1997 foram destinados recursos orçamentários para a construção de 96 novas EMELs ou 20% da necessidade. Todavia foram construídas, efetivamente, apenas 41 novas escolas 9%, as outras 55 não saíram do papel. Neste ritmo, sem que houvesse aumento da demanda, seriam necessários 46 anos para atender a demanda reprimida.

Em 1995 estavam previstos R\$ 24,66 milhões para a construção de novas EMELs, foram gastos apenas R\$ 8,52 milhões, uma redução de 65%; em 1996 estavam previstos R\$ 33,1 milhões e foram gastos R\$ 18,25 milhões, o que representou um corte de 43%; em 1997, dos R\$ 33,63 milhões previstos apenas R\$ 7,43 foram gastos, uma redução de 78%. O pior mesmo está acontecendo este ano, até o momento a prefeitura gastou apenas R\$ 16 mil do total de R\$ 21,77 milhões autorizados pela Câmara Municipal. Com o dinheiro, como já foi noticiado pela Folha de S. Paulo, mal dá para comprar um canto de tijolo.

A zona sul da cidade foi a mais prejudicada com a falsa promessa de novos equipamentos. Como pode ser observado pelas tabelas em anexo, os Orçamentos Programa de 1994, 1995 e 1997 previam a destinação de recursos para a construção de 5 novas escolas no distrito de Cidade Dutra, todavia nenhuma foi construída. No distrito de Paratibeiras estava prevista a construção de 4 novas EMELs que também não saíram do papel, no Grajaú, das 3 escolas planejadas apenas 1 virou realidade; no Jardim Angela e no Campo Limpo estavam previstas 2 novas escolas, mas apenas 2 em cada distrito foram concretizadas.

Outro problema é que o planejamento de novas escolas também não obedece ao critério de maior demanda, não existe uma relação entre demanda por distrito e novas construções. Como exemplo, o distrito de Campo Belo lidera o ranking de demanda por novas EMELs, só que não foi planejada a construção de nenhuma nova escola nos últimos 4 anos. No outro extremo, Santa Cecilia que é superavitária em EMELs acabou tendo uma escola construída no mesmo período.

A morosidade com que a prefeitura responde a demanda por novas EMELs talvez explique a nova política de vagas adotada pela Secretaria Municipal de Educação. Até o ano passado estas escolas funcionavam com até 35 alunos por sala de aula, agora a orientação é para que cada sala de aula tenha no mínimo 40 alunos. É evidente que o aumento deste número implica em rebaixar a qualidade de ensino oferecida aos alunos.

Se a qualidade educacional fica a descair o que dizer da merenda oferecida nas escolas. Recente trabalho realizado pelo Gabinete do Vereador Carlos Neder indica que o programa Lave-Leite sacrificia a merenda escolar. O valor gasto mensalmente com o Lave-Leite equivale ao valor gasto com todas as compras de carne, frango, salsicha, ovo, arroz, feijão, açúcar, sardinha e óleo de

soja de todo um ano. Como consequência, cada criança matriculada na rede municipal de ensino está consumindo apenas 9 ovos por ano; comendo bife não mais que quatro vezes por ano; consumindo diariamente 2,7 gramas de feijão e 9,5 gramas de arroz.

➤ EMPG

A cidade de São Paulo tem 1.423.869 habitantes entre 7 e 14 anos. A Secretaria Municipal do Planejamento compreende que esta é a demanda existente por vagas em Escolas Municipais de Primeiro Grau. O que causa estranheza é que este número é bastante inferior ao número de alunos matriculados em EMPGs, segundo dados da própria Secretaria, ou seja, 1.882.047. A diferença se deve ao fato de que muitos adolescentes freqüentam as EMPGs com idade defasada e, portanto, a demanda é bem maior do que a sugerida por Sempla. Para construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo consideramos o alcance da escola de 1º Grau dos 7 aos 19 anos, o que condiz com a realidade.

A demanda total por vagas em EMPGs - somando a população de 7 a 14 anos com a taxa de matrículas defasadas, como fez o Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo - é de 1.854.356 vagas. Portanto, numa rápida observação é fácil concluir que o número de vagas ofertadas é igual ao número de vagas demandadas.

Todavia, uma análise mais detalhada, com os dados das tabelas em anexo, permite perceber que embora o número total de vagas do município seja suficiente o problema está na espacialização destas vagas. Em outras palavras, existem distritos da cidade que necessitam, sim, de vagas e outros que oferecem vagas muito além da sua demanda.

Distritos como Sapopemba, São Lucas, Cidade Tiradentes, Lajeado. Guaianazes, Iguatemi, entre outros, carecem de novas EMPGs ainda que São Paulo como um todo tenha escolas suficientes. O problema maior é a ausência de planejamento de rede e de realização de censo escolar o que não se fez desde 1971 na cidade de São Paulo. Pior ainda o Prefeito Celso Pitta vetou a lei de minha autoria aprovada pela Camara tornando obrigatório o censo a cada 2 anos.

Também na construção destas EMPGs o desempenho da prefeitura deixa a desejar. Entre 1994 e 1997 estavam planejadas no Orçamento Programa da prefeitura a construção de 47 novas escolas. Acontece que a prefeitura só entregou 10 novas EMPGs, as 37 restantes também não saíram do papel.

A mesma discrepância entre as demandas distritais e o planejamento de novos equipamentos, já anunciada com as creches e EMEIs, também existe quando observamos o planejamento das novas EMPGs. Os distritos de Sacomã e

depois de todo um ano. Como consequência, cada criança matriculada na rede municipal de ensino está consumindo apenas 9 ovos por ano, quando este não mais que quatro vezes por ano, consumindo diariamente 2,7 gramas de feijão e 9,2 gramas de arroz.

EMPG

A cidade de São Paulo tem 1.423.869 habitantes entre 7 e 14 anos. A Secretaria Municipal de Planejamento compreende que esta é a demanda existente por vagas em Escolas Municipais de Primeiro Grau. O que causa estranheza é que este número é bastante inferior ao número de alunos matriculados em EMPGs, segundo dados da própria Secretaria, ou seja, 1.882.047. A diferença se deve ao fato de que muitos adolescentes frequentam as EMPGs com idade deitada e, portanto, a demanda é bem maior do que a sugerida por Sempis. Para construção do Mapa de Exclusão/Inclusão Social de São Paulo consideramos o alcance da escola de 1º Grau dos 7 aos 19 anos, o que condiz com a realidade.

A demanda total por vagas em EMPGs - somando a população de 7 a 14 anos com a taxa de matriculas deitadas como fez o Mapa de Exclusão/Inclusão Social de São Paulo - é de 1.824.350 vagas. Portanto, numa rápida observação é fácil concluir que o número de vagas ofertadas é igual ao número de vagas demandadas.

Todavia, uma análise mais detalhada, com os dados das tabelas em anexo, permite perceber que embora o número total de vagas do município seja suficiente o problema está na espacialização destas vagas. Em outras palavras, existem distritos da cidade que necessitam, sim, de vagas e outros que oferecem vagas muito além da sua demanda.

Distritos como Sapopemba, São Lucas, Cidade Tiradentes, Lajeado, Guaruazés, Itaquema, entre outros, carecem de novas EMPGs ainda que São Paulo como um todo tenha escolas suficientes. O problema maior é a ausência de planejamento de rede e de realização de censo escolar o que não se fez desde 1971 na cidade de São Paulo. Por isso o Prefeito Celso Pitta vetou a lei de minha autoria aprovada pela Câmara tomando obrigatório o censo a cada 2 anos.

Também na construção destas EMPGs o desempenho da prefeitura deixa a desejar. Entre 1994 e 1997 estavam planejadas no Orçamento Programa da prefeitura a construção de 47 novas escolas. Acontece que a prefeitura só entregou 10 novas EMPGs, as 37 restantes também não saíram do papel.

A mesma discrepância entre as demandas distritais e o planejamento de novos equipamentos, já anunciada com as creches e EMELs, também existe quando observamos o planejamento das novas EMPGs. Os distritos de Sacomã e

São Lucas que demandam o maior número de construções de EMPGs não foram contemplados com a promessa de nenhuma nova escola nos últimos 4 anos.

Ao longo dos anos de 1995, 96 e 97 foram destinados R\$ 65,84 milhões para a construção de EMPGs, mas a prefeitura gastou apenas 45,6 % do recurso. Neste ano o desempenho tem sido ainda pior, até julho a prefeitura havia gasto R\$ 398 mil dos R\$ 16,5 milhões alocados. Com este dinheiro não é possível construir uma única escola.

A mesma problemática enfrentada com a merenda escolar nas EMEIs vale, também, para as EMPGs.

O mandato da vereadora Aldaíza Sposati tem desenvolvido esforços na construção e acompanhamento do Orçamento da Criança da Cidade de São Paulo.

A partir de estudos, como o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade tem procurado acompanhar os procedimentos da gestão do município para reduzir os déficits na atenção à criança e ao adolescente de São Paulo.

O presente estudo permitiu chegar a algumas conclusões extremamente significativas sobre o período de 1994 a 1997 da gestão da criança e do adolescente na cidade de São Paulo, que se passa a expor.

- ◆ a perspectiva do governo malufista da cidade de São Paulo no período de 94 à 98 mostra-se reducionista e excludente no cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- ◆ as creches no governo malufista são entendidas como formas complementares de atenção à criança pobre e não como um direito da criança que dele necessita.
- ◆ o governo malufista da cidade de São Paulo no período de 94 a 98 mostra-se incapaz de uma administração com mínima racionalidade.
- ◆ no período de 94 a 97 o governo malufista se propôs a construir 224 equipamentos sociais entre Creches, EMEIS e EMPG, todavia não foi capaz de fazê-lo. Embora a Câmara tivesse aprovado os recursos financeiros para os 224 equipamentos, a gestão malufista não foi capaz de colocar essas obras em pé; só executou 37% do previsto, mostrando-se incapaz de construir 63% das unidades.
- ◆ o governo malufista da cidade de São Paulo não é capaz de prever e executar onde o serviço é mais necessário. Não há critério de demanda ou escolha dos poucos lugares que receberam a construção de unidades.
- ◆ o governo malufista de São Paulo foi incapaz de realizar o censo escolar como também vetou a lei aprovada pelos vereadores da Câmara que exija sua execução a cada 2 anos como determina a LOM.
- ◆ O governo malufista da cidade de São Paulo não é capaz de propor um orçamento para a criança e o adolescente em padrão digno.
- ◆ O governo malufista da cidade de São Paulo não é capaz de operar as 37 dotações de programas que destinam anualmente à criança e o adolescente.
- ◆ No orçamento da criança e do adolescente de 1995 o governo malufista gastou 71,49% do previsto; em 1996, 74,52% e em 97 gastou 75,60%.

- ◆ O governo malufista da cidade de São Paulo reduz anualmente $\frac{1}{4}$ do valor aprovado com a criança e o adolescente. Pela repetição desta ocorrência isto mostra um vício de conceito ou uma efetiva incapacidade de gestão.
- ◆ Para o governo malufista a criança não é absolutamente Prioridade ABSOLUTA.
- ◆ Estas constatações comprovadas em números e dados mostram a incapacidade administrativa do governo malufista e sua contínua desobediência ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- ◆ A data do Dia da Criança obriga este mandato de vereança em São Paulo tornar pública estas constatações à opinião pública é afirmar que alguns instrumentos de gestão dos direitos da criança e do adolescente precisam ser assegurados como:
 1. - O Censo Escolar;
 2. - O Código de Qualidade dos Serviços Municipais para Crianças e Adolescentes;
 3. - O Orçamento da Criança e do Adolescente, nunca é demais repetir lugar de criança é no Orçamento

Estamos chegando próximo a virada do século, a sociedade do futuro é a sociedade do conhecimento e do saber. Para ter capacidades e competências mínimas para participação no século XXI o cidadão precisa estar sintonizado com os códigos da modernidade.

É obrigação do sistema educacional transmitir estes códigos, garantir a todos os cidadãos o domínio da leitura e da escrita; de induzir a capacidade de fazer e resolver problemas; a capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados; a capacidade de compreender e atuar em seu entorno social; de receber criticamente os meios de comunicação; a capacidade para localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada e a capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.

Aldaíza Sposati
VEREADORA

EQUIPE

- Marcos Barreto
- Anderson Kazuo
- Adelina Renucci
- Renato do Nascimento

O governo malufista da cidade de São Paulo reduziu anualmente 2% do valor aprovado com a criança e o adolescente. Pela repetição desta ocorrência isto mostra um viés de conceito ou uma efetiva incapacidade de gestão.

♦ Para o governo malufista a criança não é absolutamente Prioridade ABSOLUTA.

♦ Estas constatações comprovadas em números e dados mostram a incapacidade administrativa do governo malufista e sua contínua desobediência ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

♦ A data do Dia da Criança obriga este mandato de verificação em São Paulo tornar pública estas constatações à opinião pública e afirmar que alguns instrumentos de gestão dos direitos da criança e do adolescente precisam ser assegurados como:

1. - O Censo Escolar;
2. - O Código de Qualidade dos Serviços Municipais para Crianças e Adolescentes;
3. - O Orçamento da Criança e do Adolescente, nunca e demais repetir lugar de criança e no Orçamento

Estamos chegando próximo a virada do século, a sociedade do futuro é a sociedade do conhecimento e do saber. Para ter capacidades e competências mínimas para participação no século XXI o cidadão precisa estar sintonizado com os códigos da modernidade.

É obrigação do sistema educacional transmitir estes códigos, garantir a todos os cidadãos o domínio da leitura e da escrita, de induzir a capacidade de fazer e resolver problemas; a capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados; a capacidade de compreender e atuar em seu entorno social; de receber criticamente os meios de comunicação; a capacidade para localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada e a capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.

Albina Spasiti
VEREADORA

EQUIPE

- Marcos Barreto
- Anderson Kazuo
- Abelina Renucci
- Renato do Nascimento

Comemorar o que?

No próximo dia 12 estaremos comemorando o Dia das Crianças. O momento é oportuno para analisar a política pública de atenção à criança e ao adolescente no município.

Os dados que vamos analisar neste documento não são nada animadores. A prefeitura de São Paulo vem desrespeitando direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e reiterando práticas que estão longe de dar à criança e ao adolescente tratamento de prioridade absoluta.

A prefeitura não assegura às crianças e ao adolescente nem mesmo equipamentos básicos, como creches; EMEIs e EMPGs, o que dizer então das políticas complementares e dos programas definidos pelo CMDCA. Alegar insuficiência de recursos é argumento que a prefeitura não pode recorrer. Afinal de contas o FUMCAD contou, ao longo dos últimos 4 anos com orçamento aprovado pela Câmara Municipal de R\$ 70,73 milhões e só gastou R\$ 3,27 milhões, o que representa menos de 5% dos recursos aprovados.

A velocidade com que a prefeitura responde a demanda por equipamentos destinados à criança e ao adolescente é incrivelmente lenta, se não vejamos:

➤ CRECHE

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece por determinação constitucional que a atenção à criança em creches seja um direito. Estabelece, ainda, que estes equipamentos devem fazer parte do sistema educacional do município.

Esta concepção se choca com o estabelecido por Sempla e Fabes quanto ao critério da demanda por creches. Sempla considera apenas as crianças de 0 a 6 anos de idade e com famílias cujo chefe tem renda mensal de até 2 salários mínimos; já Fabes considera a renda familiar até 4 salários mínimos. Os dois critérios incorrem no mesmo erro: entendem a creche como equipamento de assistência à criança mais pobre.

Mesmo a partir desta perspectiva reducionista, face ao direito universal da criança, a cidade demandaria 1.491 novas creches ou 261.565 novas vagas. Em contraponto, o estudo que procedemos a partir do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo mostra a creche como equipamento necessário para 70 % das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Assim, São Paulo necessitaria de mais 3.943 creches ou 555.703 novas creches.

Comemorar e quê?

No próximo dia 12 estamos comemorando o Dia das Crianças. O momento é oportuno para analisar a política pública de atenção à criança e ao adolescente no município.

Os dados que vamos analisar neste documento não são nada animadores. A Prefeitura de São Paulo vem desrespeitando direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e tentando práticas que estão longe de dar à criança e ao adolescente tratamento de prioridade absoluta.

A Prefeitura não assegura às crianças e adolescente nem mesmo equipamentos básicos, como creches, EMRIs e EMRGS, o que dixer então das políticas complementares e dos programas definidos pelo CMDCA. Apesar da insuficiência de recursos é argumento que a Prefeitura não pode recorrer. Anual de contas o RUMCAD contém, ao longo dos últimos 4 anos, com orçamento aprovado pela Câmara Municipal de R\$ 70,73 milhões e só gastou R\$ 3,27 milhões, o que representa menos de 5% dos recursos aprovados.

A velocidade com que a Prefeitura responde a demandas por equipamentos destinados a criança e ao adolescente é incrivelmente lenta, se não vejamos:

CRECHE

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece por determinação constitucional que a atenção à criança em creches seja um direito. Estabelece, ainda, que estes equipamentos devem fazer parte do sistema educacional do município.

Esta concepção se chocou com o estabelecido por Sempá e Fapes quanto ao critério da demanda por creches. Sempá considera apenas as crianças de 0 a 6 anos de idade e com famílias cujo chefe tem renda mensal de até 2 salários mínimos; já Fapes considera a renda familiar até 4 salários mínimos. Os dois critérios incidem no mesmo erro: entendem a creche como equipamento de assistência à criança mais pobre.

Mesmo a partir desta perspectiva reducionista, face ao direito universal da criança a cidade demandaria 1.491 novas creches ou 261.262 novas vagas. Em contraponto, o estudo que precedeu o estudo que precedeu a partir do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo mostra a creche como equipamento necessário para 70% das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Assim, São Paulo necessitaria de mais 3.943 creches ou 255.703 novas vagas.

Ocorre que a previsão orçamentária de 1994 a 1997 incluiu a construção de 81 novas creches. Todavia, sequer essa promessa se concretizou, pois foram construídas apenas 33 creches, isso é 2,2 % da demanda em 4 anos de gestão. No ritmo de atendimento de 0,5% da demanda ao ano a prefeitura de São Paulo levaria – sem que houvesse aumento da demanda – 200 anos para atender a demanda reducionista estabelecida por Sempla/Fabes. Pior que isto, levaria 500 anos para atender a demanda universal que considera a creche como um equipamento educacional do sistema público.

O pior é que a tabela em anexo revela que a prefeitura não conta com um planejamento eficiente para direcionar as prioridades na construção de novas unidades. Pode-se perceber que não há correspondência entre os distritos com maior demanda por creche e a programação de construções.

Vejamos o que aconteceu com os recursos destinados às creches:

Dotação	OP 95	% gasto	OP 96	% gasto	OP 97	% gasto
Construção de creches	42.128.404	14,97%	51.585.610	40,05%	24.372.859	16,51%
Reforma e ampliação de creches	14.349.761	3,90%	16.150.861	51,77%	21.629.433	1,28%
Operação e manutenção da rede direta	80.703.931	71,11%	67.257.895	79,14%	93.479.951	80,02%
Manutenção de crianças em creches conveniadas	72.645.084	76,06%	73.655.732	70,06%	146.410.988	40,36%
TOTAL	209.827.180	56,95%	208.650.098	64,15%	285.893.231	48,34%

Fonte: Orçamento Programa 1995/96/97 e Balancete Despesa - PMSP

É importante observar que em nenhuma das dotações destinadas às creches o gasto efetivo chega ao total dos recursos destinados. Alguns gastos chegam a ser insignificantes, na dotação de reforma e ampliação de creches o gasto é de apenas 3,90 % em 1995 e de 1,28 % em 1997. Embora este dado não apareça na tabela, até julho deste ano (1998) a prefeitura não havia gasto um único Real com a reforma e ampliação de creches.

O gasto com a manutenção de crianças em creches conveniadas também deixa a desejar. Entre 1995 e 1997 foram destinados R\$ 292,7 milhões no Orçamento Programa com esta dotação. Todavia, o gasto efetivo foi de apenas R\$ 165,9 milhões, ou seja, um corte de 44 % nos recursos. Esta redução explica as dificuldades enfrentadas pela entidades para continuar a prestar um serviço de qualidade às crianças. O valor *per capita* não vem sofrendo os devidos reajustes e o atraso no repasse às entidades virou uma constante.

e o atraso no repasse às entidades virou uma constante. O valor por conta não vem sofrendo os devidos reajustes e o atraso no repasse às entidades para continuar a prestar um serviço de qualidade às crianças. O valor por conta não vem sofrendo os devidos reajustes e o atraso no repasse às entidades para continuar a prestar um serviço de qualidade às crianças. O valor por conta não vem sofrendo os devidos reajustes e o atraso no repasse às entidades para continuar a prestar um serviço de qualidade às crianças.

É importante observar que em nenhuma das dotações destinadas às creches o gasto efetivo chega ao total dos recursos destinados. Alguns gastos chegam a ser insignificantes, na dotação de reforma e ampliação de creches o gasto é de apenas 3,90% em 1995 e de 1,28% em 1997. Embora este dado não apareça na tabela, até julho deste ano (1998) a Prefeitura não havia gasto um único Real com a reforma e ampliação de creches.

Fonte: Orçamento Programa 1995/97 e Balanço Respeca - FMSF

Dotação	OP 95	% gasto	OP 96	% gasto	OP 97	% gasto
TOTAL	204.827.180	26,99%	208.690.008	64,13%	283.893.231	48,34%
Mantimento de crianças em creches convencionais	75.047.084	36,65%	73.652.732	35,06%	146.410.988	40,36%
Operação e manutenção de creches	80.703.921	39,41%	67.257.895	32,23%	92.479.921	25,53%
Reforma e ampliação de creches	14.747.761	7,20%	16.130.261	7,73%	21.629.437	7,62%
Construção de creches	42.138.104	20,60%	51.282.610	24,58%	34.172.829	12,03%

Vejam os que aconteceram com os recursos destinados às creches:

maior demanda por creche e a programação de construções. unidades. Pode-se perceber que não há correspondência entre os distritos com planejamento eficiente para direcionar as prioridades na construção de novas unidades. Pode-se perceber que não há correspondência entre os distritos com

que considera a creche como um equipamento educacional do sistema público. Semplificadas. Prior que isto, levaria 200 anos para atender a demanda universal demanda - 200 anos para atender a demanda reducionista estabelecida por no ano a Prefeitura de São Paulo levaria - sem que houvesse aumento da demanda em 4 anos de gestão. No ritmo de atendimento de 0,2% da demanda concretizada, pois foram construídas apenas 33 creches, isso é 2,2% da construção de 81 novas creches. Todavia, sequer essa promessa se Ocorre que a previsão orçamentária de 1994 a 1997 incluiu a

➤ EMEIS

A cidade de São Paulo conta com uma população de 417.463 crianças com idade entre 4 e 6 anos. Deste total 61 %, ou 255.970 crianças estão matriculadas em Escolas de Educação Infantil (EMEIs). Para atender todas as crianças seriam necessários criar mais 161.493 vagas em cerca de 461 novas escolas.

Entre 1994 e 1997 foram destinados recursos orçamentários para a construção de 96 novas EMEIs ou 20% da necessidade. Todavia foram construídas, efetivamente, apenas 41 novas escolas 9%, as outras 55 não saíram do papel. Neste ritmo, sem que houvesse aumento da demanda, seriam necessários 46 anos para atender a demanda reprimida.

Em 1995 estavam previstos R\$ 24,66 milhões para a construção de novas EMEIs, foram gastos apenas R\$ 8,52 milhões, uma redução de 65 %; em 1996 estavam previstos R\$ 32,1 milhões e foram gastos R\$ 18,25 milhões, o que representou um corte de 43 %; em 1997, dos R\$ 33,63 milhões previstos apenas R\$ 7,43 foram gastos, uma redução de 78 %. O pior mesmo está acontecendo este ano, até o momento a prefeitura gastou apenas R\$ 16 mil do total de R\$ 21,77 milhões autorizados pela Câmara Municipal. Com o dinheiro, como já foi noticiado pela Folha de S. Paulo, mal daria para comprar um carro utilitário.

A zona sul da cidade foi a mais prejudicada com a falsa promessa de novos equipamentos. Como pode ser observado pelas tabelas em anexo, os Orçamentos Programa de 1994/95/96/97 previam a destinação de recurso para a construção de 5 novas escolas no distrito de Cidade Dutra, todavia **nenhuma** foi construída. No distrito de Parelheiros estava prevista a construção de 4 novas EMEIs que também não saíram do papel; no Grajau, das 3 escolas planejadas apenas 1 virou realidade; no Jardim Ângela e no Campo Limpo estavam previstas 5 novas escolas, mas apenas 2 em cada distrito foram concretizadas.

Outro problema é que o planejamento de novas escolas também não obedece ao critério de maior demanda, não existe uma relação entre demanda por distrito e novas construções. Como exemplo, o distrito de Campo Belo lidera o ranking de demanda por novas EMEIs, só que não foi planejada a construção de nenhuma nova escola nos últimos 4 anos. No outro extremo, Santa Cecília que é superavitária em EMEIs acabou tendo uma escola construída no mesmo período.

A morosidade com que a prefeitura responde a demanda por novas EMEIs talvez explique a nova política de vagas adotada pela Secretaria Municipal de Educação. Até o ano passado estas escolas funcionavam com **até** 35 alunos por sala de aula, agora a orientação é para que cada sala de aula tenha no **mínimo** 40 alunos. É evidente que o aumento deste número implica em rebaixar a qualidade de ensino oferecida aos alunos.

A cidade de São Paulo conta com uma população de 417.463 crianças com idade entre 4 e 6 anos. Deste total 61% ou 252.970 crianças estão matriculadas em Escolas de Educação Infantil (EMEI's). Para atender todas as crianças seriam necessários criar mais 161.493 vagas em cerca de 461 novas escolas.

Entre 1994 e 1997 foram destinados recursos orçamentários para a construção de 96 novas EMEIs ou 20% da necessidade. Todavia foram construídas efetivamente apenas 41 novas escolas 9%, as outras 55 não saíram do papel. Neste ritmo, sem que houvesse aumento da demanda, seriam necessários 46 anos para atender a demanda reprimida.

Em 1995 estavam previstos R\$ 24,66 milhões para a construção de novas EMEIs, foram gastos apenas R\$ 8,52 milhões, uma redução de 65%; em 1996 estavam previstos R\$ 32,1 milhões e foram gastos R\$ 18,25 milhões, o que representou um corte de 43%; em 1997, dos R\$ 33,63 milhões previstos apenas R\$ 7,43 foram gastos, uma redução de 78%. O pior mesmo está acontecendo este ano, até o momento a Prefeitura gastou apenas R\$ 16 mil do total de R\$ 21,77 milhões autorizadas pela Câmara Municipal. Com o dinheiro, como já foi noticiado pela Folha de São Paulo, mal dá para comprar um carro utilitário.

A zona sul da cidade foi a mais prejudicada com a falsa promessa de novos equipamentos. Como pode ser observado pelas tabelas em anexo, os Orçamentos Programáticos de 1994/95/96/97 previam a destinação de recursos para a construção de 5 novas escolas no distrito de Cidade Dutra, todavia nenhuma foi construída. No distrito de Parshieros estava prevista a construção de 4 novas EMEIs que também não saíram do papel; no Grajaú, das 3 escolas planejadas apenas 1 viu a luz; no Jardim Ângela e no Campo Limpo estavam previstas 5 novas escolas, mas apenas 2 em cada distrito foram concretizadas.

Outro problema é que o planejamento de novas escolas também não obedece ao critério de maior demanda, não existe uma relação entre demanda por distrito e novas construções. Como exemplo, o distrito de Campo Belo lidera o ranking de demanda por novas EMEIs, só que não foi planejada a construção de nenhuma nova escola nos últimos 4 anos. No outro extremo, Santa Cecilia que é superavitária em EMEIs acabou tendo uma escola construída no mesmo período.

A morosidade com que a Prefeitura responde a demanda por novas EMEIs talvez explique a nova política de vagas adotada pela Secretaria Municipal de Educação. Até o ano-passado estas escolas funcionavam com até 35 alunos por sala de aula, agora a orientação é para que cada sala de aula tenha no máximo 40 alunos. É evidente que o aumento deste número implica em reduzir a qualidade de ensino oferecida aos alunos.

Se a qualidade educacional fica a desejar o que dizer da merenda oferecida nas escolas. Recente trabalho realizado pelo Gabinete do Vereador Carlos Neder indica que o programa Leve-Leite sacrifica a merenda escolar. O valor gasto mensalmente com o Leve-Leite equiivale ao valor gasto com todas as compras de carne, frango, salsicha, ovo, arroz, feijão, açúcar, sardinha e óleo de soja de todo um ano. Como conseqüência, cada criança matriculada na rede municipal de ensino está consumindo apenas 9 ovos por ano; comendo bife não mais que quatro vezes por ano; consumindo diariamente 2,7 gramas de feijão e 9,5 gramas de arroz.

➤ EMPG

A cidade de São Paulo tem 1.423.869 habitantes entre 7 e 14 anos. A Secretaria Municipal do Planejamento compreende que esta é a demanda existente por vagas em Escolas Municipais de Primeiro Grau. O que causa estranheza é que este número é bastante inferior ao número de alunos matriculados em EMPGs, segundo dados da própria Secretaria, ou seja, 1.882.047. A diferença se deve ao fato de que muitos adolescentes freqüentam as EMPGs com idade defasada e, portanto, a demanda é bem maior do que a sugerida por Sempla. Para construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo consideramos o alcance da escola de 1º Grau dos 7 aos 19 anos, o que condiz com a realidade.

A demanda total por vagas em EMPGs - somando a população de 7 a 14 anos com a taxa de matrículas defasadas, como fez o Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo - é de 1.854.356 vagas. Portanto, numa rápida observação é fácil concluir que o número de vagas ofertadas é igual ao número de vagas demandadas.

Todavia, uma análise mais detalhada, com os dados das tabelas em anexo, permite perceber que embora o número total de vagas do município seja suficiente o problema está na espacialização destas vagas. Em outras palavras, existem distritos da cidade que necessitam, sim, de vagas e outros que oferecem vagas muito além da sua demanda.

Distritos como Sapopemba, São Lucas, Cidade Tiradentes, Lajeado. Guaianazes, Iguatemi, entre outros, carecem de novas EMPGs ainda que São Paulo como um todo tenha escolas suficientes. O problema maior é a ausência de planejamento de rede e de realização de censo escolar o que não se fez desde 1971 na cidade de São Paulo. Pior ainda o Prefeito Celso Pitta vetou a lei de minha autoria aprovada pela Camara tornando obrigatório o censo a cada 2 anos.

Também na construção destas EMPGs o desempenho da prefeitura deixa a desejar. Entre 1994 e 1997 estavam planejadas no Orçamento Programa da prefeitura a construção de 47 novas escolas. Acontece que a prefeitura só entregou 10 novas EMPGs, as 37 restantes também não saíram do papel.

Se a qualidade educacional fica a desejar e que dizer da merenda oferecida nas escolas. Recente trabalho realizado pelo Gabinete do Vereador Carlos Neder indica que o programa Leve-Leite sacrifica a merenda escolar. O valor gasto mensalmente com o Leve-Leite equivale ao valor gasto com todas as compras de carne, frango, salmão, ovo, arroz, feijão, açúcar, sardinhas e óleo de soja de todo um ano. Como consequência, cada criança matriculada na rede municipal de ensino está consumindo apenas 9 ovos por ano; comendo três não mais que quatro vezes por ano; consumindo diariamente 2,7 gramas de feijão e 9,5 gramas de arroz.

> EMPG

A cidade de São Paulo tem 1.423.889 habitantes entre 7 e 14 anos. A Secretaria Municipal do Planejamento compreende que esta é a demanda existente por vagas em Escolas Municipais de Primeiro Grau. O que causa estranheza é que este número é bastante inferior ao número de alunos matriculados em EMPGs, segundo dados da própria Secretaria, ou seja, 1.882.047. A diferença se deve ao fato de que muitos adolescentes frequentam as EMPGs com idade deitada e, portanto, a demanda é bem maior do que a sugerida por Sempia. Para construção do Mapa de Exclusão/Inclusão Social de São Paulo consideramos o alcance da escola de 1º Grau dos 7 aos 19 anos, o que condiz com a realidade.

A demanda total por vagas em EMPGs - somando a população de 7 a 14 anos com a taxa de matrículas deitadas, como fez o Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo - é de 1.824.326 vagas. Portanto, numa rápida observação é fácil concluir que o número de vagas ofertadas é igual ao número de vagas demandadas.

Todavia, uma análise mais detalhada, com os dados das tabelas em anexo, permite perceber que embora o número total de vagas do município seja suficiente o problema está na especialização destas vagas. Em outras palavras, existem distritos da cidade que necessitam, sim, de vagas e outros que oferecem vagas muito além da sua demanda.

Distritos como Sapopemba, São Lucas, Cidade Tiradentes, Lajeado, Guaiçaba, Iguaçu, entre outros, carecem de novas EMPGs ainda que São Paulo como um todo tenha escolas suficientes. O problema maior é a ausência de planejamento de rede e de realização de curso escolar o que não se fez desde 1971 na cidade de São Paulo. Por ainda o Prefeito Celso Pitta vetou a lei de minha autoria aprovada pela Câmara tornando obrigatório o censo a cada 3 anos.

Também na construção destas EMPGs o descompasso da prefeitura deixa a desejar. Entre 1994 e 1997 estavam planejadas no Orçamento Programa da prefeitura a construção de 47 novas escolas. Acontece que a prefeitura só entregou 10 novas EMPGs, as 37 restantes também não saíram do papel.

A mesma discrepância entre as demandas distritais e o planejamento de novos equipamentos, já anunciada com as creches e EMEIs, também existe quando observamos o planejamento das novas EMPGs. Os distritos de Sacomã e São Lucas que demandam o maior número de construções de EMPGs não foram contemplados com a promessa de nenhuma nova escola nos últimos 4 anos.

Ao longo dos anos de 1995, 96 e 97 foram destinados R\$ 65,84 milhões para a construção de EMPGs, mas a prefeitura gastou apenas 45,6 % do recurso. Neste ano o desempenho tem sido ainda pior, até julho a prefeitura havia gasto R\$ 398 mil dos R\$ 16,5 milhões alocados. Com este dinheiro não é possível construir uma única escola.

A mesma problemática enfrentada com a merenda escolar nas EMEIs vale, também, para as EMPGs.

A mesma discrepância entre as demandas distritais e o planejamento de novos equipamentos, já anunciada com as escolas e EMEIs, também existe quando observamos o planejamento das novas EMPGs. Os distritos de São Lucas e São Lucas que têm o maior número de construções de EMPGs não foram contemplados com a promessa de nenhuma nova escola nos últimos 4 anos.

Ao longo dos anos de 1995, 96 e 97 foram destinados R\$ 62,84 milhões para a construção de EMPGs, mas a prefeitura gastou apenas 42,6% do recurso. Neste ano o desembolso tem sido ainda pior, até julho a prefeitura havia gasto R\$ 398 mil dos R\$ 16,5 milhões alocados. Com este dinheiro não é possível construir uma única escola.

A mesma problemática enfrentada com a merenda escolar nas EMEIs vale também para as EMPGs.

Creches: demandas e construções realizadas e não realizadas

Distrito	Demanda de creche (Sempla)**	Demanda de creche (Mapa)*	Realizado	Não Realizado
Itaim Paulista	68	100	0	2
Grajau	60	157	1	2
Brasilândia	57	123	2	1
Jardim Helena	55	83	0	0
Lajeado	55	79	1	0
Jardim Ângela	52	121	4	0
Itaquera	48	92	0	3
Cidade Tiradentes	48	100	1	1
Cidade Ademar	47	111	0	0
Sapopemba	44	112	3	1
Capão Redondo	43	91	1	1
Cachoerinha	41	76	1	1
Vila Curuçã	39	74	0	1
Sacomã	31	90	0	0
Vila Jacuí	31	55	0	2
Guaianazes	30	52	0	0
Jardim São Luiz	28	96	0	0
Parelheiros	28	50	1	0
Pedreira	28	66	1	2
São Miguel Paulista	28	48	0	1
São Mateus	27	70	0	0
Jabaquara	27	86	0	3
Iguatemi	26	52	2	0
Cidade Dutra	26	73	1	2
Cangaíba	24	57	1	0
Pirituba	23	61	0	1
Tremembé	23	64	1	0
São Lucas	23	56	0	0
Vila Medeiros	22	54	0	0
Freguesia do Ó	21	52	0	1
Ermelino Matarazo	19	47	0	1
Penha	18	45	0	2
Campo Limpo	18	65	1	0
Vila Maria	18	43	0	0
José Bonifácio	17	42	0	0
Cidade Líder	16	43	1	0
Jaraguá	15	51	0	2
Perus	15	31	0	0
Aricanduva	14	35	0	2
Vila Formosa	14	33	2	0
Jaçana	14	36	1	1
Vila Matilde	14	34	0	0
Artur Alvim	13	37	1	0
São Rafael	13	46	1	0
Limão	12	32	0	0
Ponte Rasa	12	34	0	1
Casa Verde	12	30	0	0
Parque do Carmo	11	23	0	0
São Domingos	11	30	0	0
Cursino	10	37	0	3
Vila Prudente	9	28	1	0
Raposo Tavares	9	36	1	0
Mandaqui	8	34	0	0
Carrão	7	21	0	0

Creches: demandas e construções realizadas e não realizadas

Distrito	Demanda de creche (Sempla)**	Demanda de creche (Mapa)*	Realizado	Não Realizado
Tucuruvi	6	27	0	0
Tatuapé	6	21	0	1
Saúde	6	32	0	0
Vila Andrade	6	30	0	0
Rio Pequeno	5	33	0	0
Campo Grande	5	30	0	0
Anhanguera	5	16	1	0
Água Rasa	5	21	0	0
Marsilac	4	5	0	0
Ipiranga	4	25	0	1
Santana	4	33	0	1
Lapa	3	16	0	0
República	3	14	0	0
Jaguaré	3	12	0	0
Itaim Bibi	3	19	0	1
Vila Sônia	3	26	0	0
Belém	2	10	0	0
Vila Guilherme	2	13	0	1
Perdizes	2	25	0	1
Vila Leopoldina	2	8	0	0
Cambuci	1	8	0	0
Pari	1	3	0	0
Vila Mariana	1	28	0	0
Socorro	1	8	1	0
Brás	1	6	0	0
Moóca	1	14	0	0
Sé	1	6	0	0
Consolação	0	13	0	0
Jaguará	0	5	1	0
Liberdade	0	14	0	0
Santo Amaro	0	12	0	2
Santa Cecília	0	16	0	0
Campo Belo	0	15	0	2
Jardim Paulista	-1	16	0	0
Moema	-1	17	0	0
Barra Funda	-1	1	0	0
Pinheiros	-2	13	0	0
Bom Retiro	-2	4	0	0
Morumbi	-2	11	0	0
Alto de Pinheiros	-3	6	0	0
Butantã	-4	7	0	1
Bela Vista	-6	9	0	0
TOTAL	1.491	3943	33	48

* Demanda do Mapa: 70 % das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade.

** Demanda de Sempla: crianças de 0 a 6 anos de idade com renda do chefe de família menor que 2 s.m.

Fonte:

Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo - PUC-SP

Contagem Populacional 1996 - IBGE

Secretaria Municipal de Planejamento - DEINFO - 1995

Orçamento Programa (94/95/96/97 e 98)-PMSP

Balancete da Execução orçamentária de julho de 1998

EMEI: demandas e construções realizadas e não realizadas

Distrito	Demanda por EMEIs	Realizado	Não Realizado
Campo Belo	33	0	0
Grajau	33	1	2
Jardim Ângela	22	2	3
Brasilândia	20	2	2
Sacomã	20	1	3
Lajeado	19	1	1
Itaim Paulista	18	1	1
Jardim Helena	16	1	1
Jardim São Luiz	16	1	1
Itaquera	16	0	2
Sapopemba	15	3	1
Pedreira	12	1	1
Cidade Dutra	12	0	5
Parelheiros	11	0	4
Capão Redondo	11	0	0
São Lucas	11	0	0
Cachoerinha	11	0	1
São Mateus	11	0	0
Iguatemi	10	0	2
Penha	10	0	0
Cidade Tiradentes	9	1	2
Vila Curuçá	9	0	1
Cangaíba	8	1	1
Pirituba	8	1	1
Tremembé	8	0	1
Vila Medeiros	8	0	1
Jabaquara	8	0	0
Campo Limpo	8	2	3
Jaraguá	8	0	0
Parque do Carmo	7	0	0
Limão	7	1	0
Ermelino Matarazo	7	1	0
Ponte Rasa	6	0	0
Vila Andrade	6	0	1
Mandaqui	6	1	0
Aricanduva	6	0	0
Raposo Tavares	5	3	1
Cursino	5	0	1
Tucuruvi	5	0	0
Santana	5	0	0
Vila Jacuí	5	0	1
Perus	5	1	0
São Rafael	5	2	0
Vila Formosa	4	2	0
Cidade Líder	4	2	0
Vila Matilde	4	0	0
Jaguaré	4	0	1
Rio Pequeno	3	1	0
Guaianazes	3	1	2
Vila Prudente	3	1	0
Anhanguera	2	0	1
São Miguel Paulista	2	0	0
Brás	2	1	0
Jaçana	2	0	1

EMEI: demandas e construções realizadas e não realizadas

Distrito	Demanda por EMEIs	Realizado	Não Realizado
Vila Maria	2	1	1
Vila Sônia	2	0	0
Bela Vista	2	0	0
Casa Verde	2	1	0
Marsilac	2		
Liberdade	1	0	0
Água Rasa	1	0	0
Carrão	1	0	0
Vila Guilherme	1	0	0
José Bonifácio	1	0	0
Barra Funda	1	0	0
Freguesia do Ó	1	0	1
Artur Alvim	1	2	1
Sé	1	0	0
Morumbi	0	0	0
República	0	0	0
Belém	0	0	0
Jaguará	0	0	0
Saúde	0	0	0
Cambuci	0	0	0
Vila Leopoldina	0	0	0
Socorro	-1	0	0
Moóca	-1	0	0
São Domingos	-1	0	0
Bom Retiro	-1	0	1
Pari	-2	0	0
Alto de Pinheiros	-2	0	0
Cidade Ademar	-2	0	0
Itaim Bibi	-2	0	0
Ipiranga	-2	0	1
Pinheiros	-3	0	0
Vila Mariana	-3	0	0
Butantã	-3	0	0
Perdizes	-3	0	1
Lapa	-3	0	0
Moema	-4	0	0
Consolação	-4	0	0
Tatuapé	-5	0	0
Jardim Paulista	-5	0	0
Campo Grande	-7	0	0
Santa Cecília	-8	1	0
Santo Amaro	-9	0	0
Total	461	41	55

Para cálculo da demanda foi considerado a população total de 4 a 6 anos e 11 meses

Fonte:

Contagem Populacional 1996 - IBGE
Secretaria Municipal de Planejamento - DEINFO - 1995
Orçamento Programa (94/95/96/97 e 98)-PMSP
Balancete da Execução orçamentária de julho de 1998

EMPGs: demandas e construções realizadas e não realizadas

Distrito	Demanda de EMPGs (Sempla)	Demanda de EMPGs (Mapa)	Realizado	Não Realizado
Sacomã	4	8	0	1
São Lucas	3	6	0	0
Santana	2	3	1	0
República	1	2	0	0
Marsilac	1	1	0	0
Bela Vista	0	2	0	0
São Mateus	0	4	0	0
Mandaqui	0	2	0	0
Anhanguera	0	1	0	1
Iguatemi	0	3	0	1
Barra Funda	0	0	0	0
Tremembé	0	3	0	1
Brasilândia	0	7	0	2
Perus	0	1	2	0
Vila Andrade	0	1	0	1
Jaguapé	0	0	0	0
Raposo Tavares	0	2	0	1
Cambuci	-1	0	0	0
Sé	-1	0	0	0
Liberdade	-1	0	0	0
Parque do Carmo	-1	1	0	0
Cachoerinha	-1	3	0	1
Lajeado	-1	4	0	1
Vila Leopoldina	-1	-1	0	0
Alto de Pinheiros	-1	-1	0	0
Jaguará	-1	-1	0	0
Ponte Rasa	-1	1	0	0
Bom Retiro	-1	-1	0	0
Vila Formosa	-1	0	0	0
Sapopemba	-1	5	1	1
Brás	-1	-1	0	0
Moóca	-1	-1	0	0
Vila Medeiros	-1	1	0	0
Ermelino Matarazo	-1	1	0	0
Carrão	-1	-1	0	0
Morumbi	-2	-1	0	0
Belém	-2	-1	0	1
Limão	-2	0	0	0
Jaçana	-2	0	0	1
Cursino	-2	0	0	0
Vila Curuça	-2	2	0	1
Cangaíba	-2	1	0	1
Socorro	-2	-1	0	0
Jardim Paulista	-2	-1	0	0
Casa Verde	-2	0	0	0
Itaim Bibi	-2	-1	0	0
Vila Sônia	-2	0	0	0
Pinheiros	-2	-1	0	0
Vila Guilherme	-2	-1	0	0
Campo Belo	-2	-1	0	0
Água Rasa	-2	-1	0	0
Guaianazes	-2	0	0	1
Moema	-2	-1	0	0

EMPGs: demandas e construções realizadas e não realizadas

Distrito	Demanda de EMPGs (Sempla)	Demanda de EMPGs (Mapa)	Realizado	Não Realizado
Cidade Líder	-2	0	0	1
Perdizes	-2	-1	0	0
Pari	-2	-2	0	0
Pirituba	-2	1	0	0
Rio Pequeno	-2	0	0	1
Lapa	-3	-2	0	0
Jardim Helena	-3	1	1	0
Parelheiros	-3	0	0	1
Campo Grande	-3	-2	0	0
Itaquera	-3	2	0	2
Cidade Tiradentes	-3	3	2	5
Vila Maria	-3	-1	0	0
Pedreira	-3	0	0	1
Jabaquara	-3	1	0	1
Tucuruvi	-3	-2	0	0
Vila Mariana	-3	-2	0	0
Saúde	-3	-2	0	0
Tatuapé	-3	-2	0	0
Consolação	-3	-3	0	0
José Bonifácio	-3	0	0	0
Aricanduva	-4	-2	0	0
Vila Matilde	-4	-2	0	0
Butantã	-4	-3	0	0
Jaraguá	-4	-1	0	2
Artur Alvim	-4	-2	0	0
Vila Prudente	-4	-3	0	0
Ipiranga	-4	-3	0	1
São Rafael	-4	-1	0	0
Penha	-4	-2	0	0
Cidade Ademar	-4	3	0	0
Vila Jacuí	-4	-1	0	1
São Domingos	-5	-4	0	0
Jardim Ângela	-5	3	0	3
Cidade Dutra	-5	-1	1	1
Jardim São Luiz	-5	1	0	0
Campo Limpo	-6	-2	0	0
Freguesia do Ó	-6	-4	0	0
Itaim Paulista	-6	-2	1	0
Grajau	-8	3	1	0
São Miguel	-8	-6	0	0
Capão Redondo	-10	-4	0	1
Santo Amaro	-10	-9	0	0
Santa Cecília	-14	-13	0	0
Total	-229	-14	10	37

* O Mapa considera como demanda a população total de 7 a 14 anos e a população de 15 a 19 anos matriculada em idade defasada.

** Sempla considera como demanda apenas a população de 7 a 14 anos.

Fonte:

Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo - PUC-SP

Contagem Populacional 1996 - IBGE

Secretaria Municipal de Planejamento - DEINFO - 1995

Orçamento Programa (94/95/96/97 e 98)-PMSP

Balancete da Execução orçamentária de Julho de 1998

